ORGANICIDADE SOCIOPRODUTIVA: METODOLOGIA CONSTRUTIVA DE UMA AUTOGESTÃO DE CARATER SOCIETAL

Édi Augsuto Benini[1]

Adalberto Sabino[2]

Ana Lúcia Sales Gomes[3]

RESUMO: Considerando a autogestão também como uma luta histórica visando transcender a alienação sobre o trabalho, logo, portadora inerente de um princípio ontológico, uma vez que carrega em si elementos relacionados a novas relações sociais de trabalho, buscamos discutir neste artigo, a luz da subsunção formal e material das experimentações autogestionárias frente ao intercâmbio mercantil, uma metodologia que articule e potencialize essa luta histórica dos trabalhadores em associação. Os recursos metodológicos utilizados foram à indução histórica, por meio de revisão e discussão da produção teórica centrada nos temas autogestão e alienação, o raciocínio lógico-dedutivo e a pesquisa participativa, desdobrados numa perspectiva construtivista, na qual os autores estão envolvidos. Considerando os elementos potencialmente emancipatórios de uma sociabilidade autogestionária, em conjunto com os elementos que vem bloqueando a reversão da alienação, é que se formam as condições de ampliação da autogestão, que se traduzem em uma metodologia construtiva de uma estrutura de organicidade socioprodutiva, fundamentada em mediações tanto de recuperação coletiva e solidária de forças produtivas, como também estruturantes de um novo e sistêmico intercâmbio social. Tais mediações sustentariam um processo de avanço da autogestão numa perspectiva emancipatória, isto é, de uma autogestão de caráter societal.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho. Autogestão. Organicidade.

ABSTRACT: Considering the self-management also as a historic struggle aiming to transcend the alienation of labor, so inherently carries an ontological principle as it carries with it elements related to new social relations of work, we discuss in this article, the light of formal subsumption and material self-managed trials against the mercantile exchange, a methodology that links and leverage this historical struggle of the workers association. Methodological resources used were the historical induction, through review and discussion of the theoretical production centered on issues self-management and disposal, the logical-

[1] Doutor em Educação na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (2015), mestrado em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas - EAESP/FGV (2004), especialização em Agricultura Familiar e Extensão Rural - Unitins/MDA (2008) e graduação em Administração Pública pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Unesp (1999). Professor Adjunto e coordenador do curso de Gestão Pública e Sociedade (especialização) na Universidade Federal do Tocantins (UFT).

[2] Articulador da coordenadoria de integração autogestionária da Associação de Apoio a Construção de um Sistema Orgânico do Trabalho Associado (Via SOT), Psicólogo e especialista em Gestão Pública e Sociedade.

[3] Articuladora da coordenadoria financeira da Associação de Apoio a Construção de um Sistema Orgânico do Trabalho Associado (Via SOT), administradora e especialista em Gestão Empresarial.

deductive reasoning and participatory research, deployed in a constructivist perspective, in which the authors are involved. Given the potentially emancipatory elements of a self-managing sociability, together with the elements that has been blocking the reversal of the disposition it is that the form of self expanding conditions, which result in a constructive methodology of organicity socioproductive structure based on mediations both collective and supportive recovery of productive forces, as well as structuring a new systemic and social exchange. Such mediations sustain an advance process of self-management in an emancipatory perspective, that is, a society of self-management.

KEYWORDS: Labor, self-management, organic quality organization.

1 Introdução

Tendo em vista que a autogestão constitui-se como uma luta histórica contra os processos reiterados de alienação sobre o trabalho, e também como um princípio ontológico, uma vez que carrega em si elementos relacionados a novas relações sociais de produção, buscamos discutir neste artigo, a luz da crítica a respeito da subsunção formal e material das experimentações autogestionárias frente ao intercâmbio mercantil, uma metodologia que articule e potencialize essa luta histórica dos trabalhadores em associação.

Os recursos metodológicos utilizados foram à indução histórica, por meio de revisão e discussão da produção teórica centrada nos temas autogestão e alienação, raciocínio lógico-dedutivo e pesquisa participativa, desdobrado sob os aspectos de uma perspectiva construtivista, na qual os autores estão envolvidos, uma vez que a metodologia aqui apresentada é resultado da construção de um novo ator social no campo da economia solidária, trabalho associado e autogestão, chamada de Associação Via SOT.

À vista disso, primeiro apresentamos a construção da Via SOT, depois os desafios da autogestão e da própria economia solidária, base para a própria formação desta associação como também das suas propostas, para sedimentar caminho no qual busca-se apresentar e discutir um esboço metodológico para se construir um processo de organicidade socioprodutiva, como elemento chave para a materialização da autogestão de natureza sistêmica, totalizante e societal.

2 A Construção da Associação Via SOT

A proposta de integração do trabalho já é uma bandeira histórica dos trabalhadores[4], percorrendo diferentes propósitos e momentos históricos, porém, sempre centradas no campo político-sindical, ainda que almejando, posteriormente, profundas mudanças estruturais. Entretanto, a questão da organicidade dos processos socioprodutivos, ou do trabalho enquanto mediação imediata entre seres humanos e natureza, é recente e ainda pouca desenvolvida ou quase que ausente dos debates.

No espaço das conferências da economia solidária, tal questão aparece como pergunta: "como construir a organicidade do movimento?". Porém, uma proposta de organicidade socioprodutiva ou de um Sistema Orgânico do Trabalho (SOT) ganhou forma e conteúdo durante as aulas e debates advindos da oferta nacional da 3ª edição do Curso de Gestão Pública e Sociedade, promovido especialmente para formar gestores públicos em políticas de economia solidária, uma parceria entre a Universidade Federal do Tocantins (UFT) e a Secretária Nacional de Economia Solidária (SENAES), viabilizando assim 10 turmas em 10 estados brasileiros, entre 2011 e 2012.

Durante o curso a partir das experiências e questionamentos dos professores e alunos de como superar seus dilemas e fortalecer a economia solidária, no sentido de qualificá-la para que não seja apenas um paliativo imediato, mas sim de uma efetiva alternativa ao capitalismo ou mesmo como possibilidade histórica de superação do capital, Benini, um dos coordenadores daquele curso de especialização, agrupou questões e possíveis propostas no livro "Sistema Orgânico do Trabalho: arquitetura crítica e possibilidades" (BENINI, 2012) cujo conteúdo foi discutido previamente com os alunos em todas as turmas daquele curso de especialização.

De acordo com Benini:

> O título escolhido – Sistema Orgânico do Trabalho – naturalmente indica a centralidade da organização do trabalho como fundamento de uma nova sociabilidade, o qualitativo "orgânico" busca enfatizar a necessidade de integração plena, não alienada e não subordinada, dos trabalhadores associados, uma forma concreta de solidariedade (2012, p.17).

[4] Nesta perspectiva, vale citar propostas e iniciativas vindas desde o Manifesto do Partido Comunista escrito por Marx e Engels, passando por várias tentativas de organização internacional, até no campo do movimento cooperativista, como a busca por uma aliança cooperativista internacional.

A partir das discussões nas aulas formou-se um grupo virtual de discussão no ano de 2012, com o intuito de aprofundar o entendimento sobre as dificuldades, condições e potenciais benefícios de se constituir um SOT. Tendo em vista tal proposito, o grupo se denominou inicialmente como coletivo Via SOT.

Nesse coletivo iniciou-se a articulação de um projeto emancipatório de organicidade socioprodutiva, que propõe uma metodologia de superação do capital a partir da ruptura e substituição das mediações fundamentais deste – propriedade privativa dos meios de produção, intercâmbio mercantil e a divisão social hierárquica do trabalho - uma vez que elas alienam e degradam os seres humanos, e constituem o capitalismo como forma dominante de organizar a força de trabalho, uma forma que subordina permanentemente os meios de produção os enquadrando a serviço da mera lógica de acumulação de riquezas para poucos.

Tal proposta se baseia na análise de que o principal bloqueio, no sentido de impedir o seu adequado desenvolvimento e expansão, das variadas tentativas de autogestão, reside na sua forma sociometabólica, que, invariavelmente, permanece alicerçada em propriedades privativas, porém, agora de grupos ou sociais e não mais individuais ou empresariais. Ainda que haja um questionamento a propriedade privada tradicional, a sua superação pontual ou no escopo de unidades produtivas não é capaz de impor uma nova dinâmica socioprodutiva, uma vez que o controle e apropriação patrimonial de grupos reproduzem tanto a fragmentação patrimonial, como econômica e até política, dessas iniciativas, o que vem a impor ou também reproduzir, como imperativo, uma forma alienada de integração pela via de mecanismos mercantis de distribuição/circulação. Diante dessa estrutura de intercâmbio socioprodutivo, o espaço de autonomia efetiva dos trabalhadores (que se encontram pulverizados em distintos grupos) é severamente comprometido, frente ao sistema mercantil global e o seu principal elemento estruturante, a lei do valor de troca.

Existe várias propostas de enfrentamento anti-capital, como os movimentos sociais de moradia, reforma agraria, economia solidária e cooperativismos, no entanto estão elas permanecem igualmente dispersas e fragmentadas, isto é, uma não converge e complementa com a outra, tornando-as subordinadas ao capital e, portanto, sistemicamente em estado de concorrentes entre si.

A Via SOT vem dialogar meios e estratégias de aglutinação de todas as propostas que se situam no campo da superação da alienação ou busca pela emancipação social plena, a partir da criação de um Sistema Orgânico do e para o Trabalho (SOT), onde os trabalhadores

terão posse, e controle efetivo, dos meios de produção e da sua força de trabalho, direcionando a sua organização socioprodutiva para promover a abundância compartilhada, isto é, o rico indivíduo social (conforme Karl Marx já assinalou em várias passagens das suas obras), para que isso seja viável, pondera-se que é preciso substituir as três mediações do capital em mediações propícias para o desenvolvimento da autogestão, a saber: do intercâmbio mercantil para a renda sistêmica, da propriedade privada para uma forma propriedade social e orgânica e da divisão hierárquica do trabalho para a autogestão de caráter societário.

Essa substituição de mediações, que permita reverter processos alienadores dos seres humanos, fundamenta-se também na autocrítica permanente na construção de alternativas, no qual processo e propósitos devem ser coerentes entre si. Portanto, a organicidade é uma referência ampla, que não se limita a integrar, dentro de um mesmo intercâmbio e controle social, as dimensões de produção/distribuição, consumo/investimento e trabalho singular individual/trabalho coletivo societal, como também questionar meios e estratégias de construção e reversão, no sentido que não basta apenas negar uma situação indesejada, como também é preciso sedimentar alternativas viáveis e coerentes.

Mészáros evidencia a importância decisiva dessa substituição e permanente autocrítica, uma vez que:

> A diferença qualitativa do sistema orgânico do trabalho como alternativa necessária ao modo social de reprodução metabólica estabelecido reside, e é impensável, sem uma adopção consciente da auto-crítica como um princípio orientador vital. Ao mesmo tempo, é impossível conceber a adopção consciente e a operação de auto-crítica como um princípio duradouro de orientação sem um certo tipo de reprodução societal que se deve manter como um verdadeiro sistema orgânico, sem o perigo de descarrilar do curso de desenvolvimento histórico entretanto aberto. Aqui estamos a falar de uma correlação dialéctica entre um diferente tipo de sistema orgânico necessário no futuro e o princípio orientador da auto-crítica que, conjugados entre si, tornam viável esse novo tipo de sociedade (MÉSZÁROS, 2008, s.n.).

Para se reverter tal processo de persistência de artifícios alienadores (perda de controle ou domínio), sobre o trabalho coletivo, propõe-se constituir novas mediações, frente à fragmentação de propriedade privadas de grupos, buscando meios políticos (base social de apoio), institucionais e jurídicos que permitam uma forma universal e única de propriedade social, chamada de propriedade orgânica.

A partir de tal organicidade patrimonial, abre-se espaço para a organicidade produtiva e distributiva, ou seja, recuperar o campo da economia como sinônimo de economicidade ou uso racional de recursos, de forma a reverter à lei do valor e a subordinação ao intercâmbio mercantil, à mediação voltada para esse propósito seria a constituição de uma forma de rendimento sistêmico, a saber, como resultado do conjunto da produção, e indexando produção/circulação/consumo, viabilizando assim, a um só tempo, a ampliação da taxa de utilidade da produção e seus produtos, bem como a promoção da igualdade substantiva entre o conjunto dos trabalhadores livremente e organicamente associados.

Criando condições para a constituição desses dois pontos ou alicerces ontológicos, com densidade suficiente (em termos de recursos, base social e estrutura jurídica-institucional) para a autoprodução de um novo ser social, se avançaria para uma realidade não mais de tentativa de autogestão como forma de gerenciamento pontual, mas sim enquanto autogestão societal, isto é**,** enriquecida com conteúdos de auto-organização e ampliada com elementos crescentes de produção econômica e reprodução social, por parte dos trabalhadores que vierem a se associar e se integrar nesse espaço emancipatório.

A Via SOT vem iniciando e buscando diálogos e articulações com outros grupos como Movimentos de Moradia, Movimentos pela Reforma Agrária e Economia Solidária, para se viabilizar essa forma de intercâmbio social, baseado na organicidade socioprodutiva, e que seja constituído a partir de uma metodologia de convergência de alguns projetos sociais estratégicos, tendo como base de aglutinação desses projetos um território alternativo, viabilizado, talvez, pelo enriquecimento ontológico (inclusão de novas mediações sociais) de um projeto especial de assentamento. Com isso, abre-se a possibilidade histórica, ainda que inicialmente como micro-totalidade (espaço geográfico restrito, porém adensado por inúmeras inovações de organização social e produtiva), de se rever a questão de propriedade do território, para uma forma de propriedade orgânica.

A partir do momento que um determinado território é compartilhado, não mais como propriedade privativa de um dono, família ou grupo, mas como um recurso a serviço da emancipação, abre-se espaço para incluir, nesse mesmo território, novos trabalhadores *pari passu* a obtenção de novos recursos.

De forma mais específica, durante o ano 2014 a Via SOT vem elaborando o projeto Raios de Sol, no qual esse adensamento inclusivo se daria pela junção de quatro projetos, a saber: um projeto especial de reforma agrária e agroecologia, a constituição de eixo produtivo

de construção civil, central industrial de ampla reciclagem e um projeto de educação libertária, na forma de um centro de pesquisa, formação e assessoramento integrados. Com isso, há o início efetivo de integralizar a produção e a socialização dentro de um mesmo patrimônio compartilhado, onde os trabalhadores poderão, continuamente, entrar (e se incluir) com seus recursos a partir da área de atuação de cada um.

Diante dessa estrutura patrimonial de se organizar a produção, de forma sistêmica e compartilhada, também se abrange, necessariamente e de forma crescente, elementos de socialização auto-organizada. Dentre eles, destaca-se naquele projeto a própria questão da construção social do espaço, no qual a organização do territorial pode ser direcionada de forma efetivamente sustentável e centrada nas necessidades humanas de viver, com qualidade e considerando as necessidades sociais de se conviver em harmonia, livre das restrições e limites impostos atualmente aos territórios devido a sua condição de mercadoria ou propriedade privativa.

A partir deste intercâmbio direto e dinâmico entre trabalhadores associados, viabiliza-se uma forma de renda decorrente do conjunto (e não da atomização individualista), logo, promotora de uma concreta solidariedade, da eficiência nos meios e processos e não sobre as pessoas, da redução de sobreposições ou processos desalinhados, eliminação de custos relativos ao controle sobre a desigualdade, ampliação da vida útil dos produtos bem como a própria redução do produto global necessário (um claro e decisivo elemento de sustentabilidade ecológica e ambiental), inclusive compartilhando inúmeros serviços, bens e objetos, por meio, por exemplo, do enriquecimento das atuais associações comunitárias de bairro ou de moradores, para uma espécie de núcleo comunitário baseado na autogestão social dos seus interesses comuns.

Na atual sociabilidade, pode-se afirmar que há elementos dinâmicos, que a cada momento são construídos, destruídos ou consumidos e novamente produzidos ou reconstruídos, como há elementos perenes, que a primeira vista permanecem imutáveis por um longo período de tempo. Nestes podemos incluir prédios, cidades e até instituições, como o trabalho assalariado, a família, o parlamento, entre outros; naqueles podemos incluir a fabricação de produtos, cursos de formação, criação de empresas, construção/reforma de edificações, eleições ou a formação de coletivos ou outras formas associativas. Entretanto, apesar de que na aparência ambos estariam em tempos e condições distintas, há um vínculo necessário entre elas, uma vez que, mesmo a primeira vista, a mais sólida ou perene

instituição, como o parlamento ou uma cidade, sejam imutáveis, estes precisam ser constantemente reproduzidos (na forma de eleições, novas construções, novas leis, novas reformas) para evitar a sua simples e inerente entropia ou desgaste.

A perspectiva e estratégia de transformação que a Via SOT propõe seria trabalhar justamente nos elementos dinâmicos da atual sociabilidade, no caso de produção/socialização associado-orgânica, equitativo-diversa e auto-organizada, porém, organizados dentro de mediações sociais e instituições socioprodutivas que moldem e direcionem tais fluxos de produção e socialização para o acumulo de novas realidades, subjetividades e estruturas sociometabólicas, e não a mera sustentação/reprodução das formações atuais.

Para isso, advoga-se que seria perfeitamente possível instituir, sustentar e expandir, do ponto de vista jurídico e social, as mediações propriedade orgânica, renda sistêmica e autogestão societal, por meio da combinação de duas instituições, uma associação integral de produção e socialização, e uma cooperativa mista de intercâmbio (compras, vendas e crédito).

Tais propostas, estratégias e metodologias foram sendo debatidas e aperfeiçoadas durante os três anos foram feitos quatro encontros nacionais, nas cidades de Campinas/SP (2012), Curitiba/PR (2013), São Paulo/SP (2014) e Londrina/PR (2015).

No segundo encontro em 2013 foi deliberada a formalização de uma associação de apoio, justamente como uma mediação prévia para se criar condições para a construção efetiva de um Sistema Orgânico do Trabalho (SOT). Após este encaminhamento, passou a elaborar, coletivamente, uma minuta do estatuto social da associação.

No encontro de São Paulo, em agosto de 2014, o tema principal foi discutir a educação e formação dentro do contexto das propostas do Via SOT, inclusive para se criar condições para o protagonismo efetivo dos associados, atuais e futuros. No ultimo dia deste encontro, realizou-se a assembleia de fundação dessa associação, que permitiu dotar de nova materialidade institucional a "Associação Via SOT", na forma de uma Associação de Apoio a Construção de um Sistema Orgânico do Trabalho Associado, doravante denominada Via SOT, registrada no cartório do município de Palmas/TO em 06 de julho de 2015, consolidando tal identidade.

Atualmente a Via SOT encontra-se como uma associação formada com membros de vários estados e distintas ocupações profissionais. Temos um grupo de estudos aonde são aprofundas e revistas os fundamentos teóricos e históricos das propostas, e são feitas reuniões mensais virtuais, no intuito de permanente integração e viabilizar ações estratégias para a

construção das suas propostas. Por fim, sempre de forma intensa, baseado numa metodologia de imersão e envolvimento, anualmente promovemos um encontro presencial com os membros associados e abertos para simpatizantes, parceiros e interessados em conhecer os nossos objetivos e propósitos. Nos encontros são apresentados as propostas, planos e estratégias de ações para o ano e durante as reuniões virtuais mensais são articuladas as ações. Nesse processo, busca-se criar condições para no futuro iniciar-se de fato um Sistema Orgânico do Trabalho Associado.

3 Desafios para a autogestão

Consideramos que a construção da Associação Via SOT insere-se como mais um elemento de fortalecimento da luta histórica da autogestão, situando-se como parte atual do movimento de economia solidária.

Um dos princípios que balizam a economia solidária, sendo este fundamental para se consolidar a convivência coletiva, é a autogestão autêntica, porém ao longo de décadas percebemos que vivê-la na comunidade não é algo simples. As dificuldades em vivê-la, em colocá-la em pratica é um dos grandes desafios deste movimento, que pretende mudar os paradigmas de uma sociedade sufocada por uma sociabilidade que leva os indivíduos ao mundo do trabalho de submissão, poder e a perda de sua identidade.

A economia solidária é um movimento promotor de diversas experiências vividas no campo e na cidade, como os empreendimentos econômicos solidários, fábricas recuperadas, agricultura familiar, agroecologia, assentamentos da reforma agrária, catadores de materiais reciclados e muitos outros. Estes setores passaram a ter visibilidade, concorrem com o mercado na venda de seus produtos, buscam aprimorar suas mercadorias, geram riqueza para si e para o país, porém o que se discute é se a economia solidária gera, a partir destas experiências, um outro mundo possível e este necessariamente precisa passar por uma nova forma de viver e de fazer, uma vez que a autogestão está na tônica dos empreendimentos da economia solidária e sua organização.

Trata-se de colocar em pautas princípios e valores distintos dos atuais, pois uma sociedade que educa suas crianças e jovens para um mercado de trabalho, onde sua autonomia será sufocada pelas relações entre patrão e empregado, onde o indivíduo contratado para uma determinada função sabe de antemão que deve se submeter, tem-se na verdade a subsunção, isto é, alienação e subordinação, dos seres humanos frente a sua própria existência social.

Quando este indivíduo, já adulto, se estabelece no mercado de trabalho, seja no comércio, nas fabricas, ou mesmo enquanto empreendedor, sua formação quanto ao que deve ou não fazer ou ser está consolidada numa realidade de subsunção formal.

Mesmo dentro dos empreendimentos econômicos solidários, aonde se buscaria uma lógica de autogestão, se vive várias contradições. Estas começam quando a maioria delega poderes a uma liderança e esta aceita de tal forma que passam muitos anos com este mesmo indivíduo presidindo a entidade, e se consolida quando toda a existência do empreendimento depende de variáveis típicas do mercado, ou seja, externas e alheias aos seus trabalhadores, formando-se uma forma de subsunção material da própria dinâmica socioprodutiva, que é determinada globalmente pela valorização do capital, e não pela solidariedade dos empreendimentos da economia solidária. Esta é uma constatação levantada quando das pesquisas e visitas aos empreendimentos.

Outro fator importante que não devemos perder de vista. A democracia brasileira é de natureza representativa e este mesmo modelo é vivido dentro dos empreendimentos, após eleito este representante se torna vitalício, difícil vermos nos fóruns, nas conferencias, cursos outros membros do empreendimento, senão aquele que o representa em função de uma assembleia que o elegeu.

O que se pergunta é até que ponto a autogestão está presente nestes coletivos, onde muitas vezes os próprios indivíduos não buscam superar a submissão ao qual foram ensinados nos bancos escolares. Na lógica da autogestão, é necessário que haja protagonismo pleno de todos os envolvimentos, aqui que em alguns momentos seja necessário algumas funções de direção ou coordenação, porém, é mister promover mecanismos de rodízio ou rotatividade, sempre a luz do coletivo.

Ao se colocar em questão a criação de condições propícias para o protagonismo efetivo dos associados, ganha relevo, a enriquecendo, a esfera da educação.

Quando falamos em educação, estamos nos referindo à educação hegemônica dos bancos escolares, que prepara o indivíduo para o mercado de trabalho. Superar este tipo de educação é superar também um sistema que está estabelecido em nossa sociedade e nas sociedades capitalistas. Portanto estamos diante de um dos grandes desafios do estabelecimento da autogestão, enquanto forma de vida e de mudança de habito de uma sociabilidade com tendências ao individualismo e ao consumo exacerbado. Trabalhar com ferramentas como a educação popular poderá, num futuro processo de emancipação, ser a

resposta ao desejo de uma sociedade que busca mudanças em sua estrutura, para assim se tornar um coletivo em transformação ou transformado em sua base e sua vivencia.

Para Paulo Freire a educação precisa ser transformadora, pois só assim estará cumprindo sua função reflexiva da realidade concreta e continua, a práxis, porém, é ação e reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo (1983, p.40).

A condição para termos trabalhadores preocupados com a vida e com a transformação do mundo necessariamente passa por uma educação transformadora de mentalidades, de costumes e hábitos.

A autogestão não pode ser vista somente como uma vivencia dentro dos empreendimentos, se queremos uma sociedade transformada em sua essência, ela precisa fazer parte do dia a dia das pessoas e suas famílias, para tanto as relações familiares e sociais necessitam de uma nova forma de viver e se relacionar, logo, abrangem tanto as dinâmicas de produção como também de socialização, ou melhor, situar a educação como sendo orgânica a própria produção do ser social.

O que vemos hoje na economia solidária, assim como na história de lutas dos trabalhadores, é a vivencia de uma experimentação incipiente de autogestão, como modelo e referência de transformação das relações do trabalho. Rosa Luxemburgo se refere a "experimentação social" e é isto que vemos hoje em dia. Porém o que analiso é a dificuldade dos coletivos em tornar esta experimentação numa transformação permanente e abrangente, e com isso superar os ensinamentos propostos por nossos antepassados bem como avançando em novos conhecimentos, práticas e metodologias. Essa é a grande dificuldade ao quais as pessoas se veem hoje desafiadas a superar, tendo me vista que:

> A constituição de projetos autogestionários significa tratar de propostas que são, antes de tudo, processos em construção de um modelo organizacional de empreendimento coletivo. Investir na realização de projetos autogestionários significa, primeiramente, elaborar alternativas, o que pressupõe um incessante trabalho crítico tanto no sentido de negar (na teoria e na prática) o que se quer superar (por exemplo, competição, individualismo e exploração), quanto no de construir o novo que se propõe (por exemplo, solidariedade, sociabilidade, integração, confiança e cooperação). O papel da educação é central tanto na implantação quanto no desenvolvimento das atividades autogestionárias. Normalmente somos educados para ser individualistas e competitivos, com a idéia de que com a concorrência, vence o melhor. Com a educação autogestionária temos a preocupação permanente de desfazer o sistema de valores já cristalizado na cabeça das pessoas e reconhecer a necessidade de estabelecer novas premissas (VERALDO, 2003).

Em se tratando de educação para adultos, esta deve ser uma educação permanente, em virtude desta cristalização que Veraldo se refere, que está condensada no comportamento dos indivíduos, mesmo dentro de um empreendimento econômico solidário, as disputas são vivencias, o poder seduz e por mais que as pessoas estejam dispostas a construção da autogestão esbarra na crença que é necessário uma liderança, ou em alguém que diga o que se deve fazer, para que o trabalho flua.

Diferentemente, se a educação para a autogestão tem inicio nos primeiros anos de vida da criança, no decorrer de seu crescimento o que se cristaliza é uma nova forma de conceber a vida e suas relações, que coloca em perspectiva a igualdade substantiva. Na zona rural é muito comum às pessoas viverem de forma autogestionária, solidária e autônoma, a competição praticamente inexiste, porque todos ali sabem pela pratica do dia a dia, que um depende do outro para sobreviver frente às condições áridas da terra e do meio ambiente.

Krupskaya em 1924, traz as preocupações pedagógicas no prefácio do livro *A Escola-Comuna* do NarKomPros, da seguinte maneira:

> Nós precisamos criar uma escola que prepare os construtores da nova vida. A passagem do poder para as mãos dos trabalhadores e camponeses abre ante o país perspectivas enormes, possibilidades enormes, mas, a cada passo, nós vemos as dificuldades que são criadas na tarefa de sua construção, pela falta de cultura geral do país, pela ausência de saber trabalhar e viver coletivamente. (...) A escola deve ajudar por um futuro melhor, os criadores dele (KRUPSKAYA, 2009, p. 105).

A escola a qual se refere Krupskaya seria a nova escola revolucionária, que prepararia as pessoas para uma nova forma de vida, valorizando os aspectos comunitários, coletivos, além de fazer a critica ao modelo ao qual se trabalha hoje dentro das escolas, qual ao invés de preparar os cidadãos e cidadãs para a vida os prepara para o mercado. Como podemos então contar com pessoas criticas de sua realidade, que valorizem o bem viver, a autogestão, se estão sendo formadas para o individualismo?

O sistema hegemônico vem ao longo de décadas fazendo valer seu poderio frente as suas necessidades e a forma como a sociedade deve ser organizada, para assim atender os objetivos impostos pela sociedade burguesa e capitalista. Neste contexto, a educação vem ao longo deste período sendo dirigida a grande massa populacional para atender aos anseios do mercado e não aos interesses da vida, da preservação ambiental, tendo uma dialética de se pensar no outro. Mészáros em seu livro *Para Além do Capital* argumenta que:

> A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma 'internalizada' (isto é, pelos indivíduos devidamente 'educados' e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas (MÉSZÁROS, 2005, p.35).

Se quisermos avançar em uma nova forma de vida e convivência, nas quais seremos protagonistas plenos, buscando novos caminhos através da autogestão entre iguais e não da heterogestão promotora de relações de exploração e submissão, necessariamente precisamos de um novo sistema educacional que leve não só os trabalhadores e trabalhadoras, mas toda a sociedade a uma nova sociabilidade e um sistema humanizado, com respeito inclusive ao meio ambiente e a tudo que tem vida.

Não por acaso que a Associação Via SOT surge dentro de espaços de educação e formação promovidos pelo movimento da economia solidária, aonde tais questões ganham visibilidade e inteligibilidade, inclusive propiciando o melhor entendimento dos seus desafios, bem como perspectivas de superação.

A visão hegemônica, e alicerçada pelo individualismo, no qual cada ser humano, ou território é em si mesmo uma "ilha" e por ser uma "ilha", estaria imune as adversidades gerais que este sistema gera dominante geral, tende a cobrar um preço alto no futuro, devido as inúmeros consequências problemáticas advindas de tal conduta, como o consumo exacerbado e seus efeitos sobre o esgotamento dos recursos naturais, por exemplo.

Outra questão importante que este artigo traz, é a dificuldade que hoje vivemos de nos reunirmos, de trocarmos, de convivermos, ou seja, de vivermos uma vida coletiva e de buscarmos juntos e de forma coletiva o que queremos para a nossa comunidade, para o nosso estado e para o nosso país. Sabemos por experiência que ao elegermos representantes nas várias instancias de governo na verdade não fazemos valer a vontade de um povo, ou de um segmento social, como se pode observar nos últimos acontecimentos no país e no estado do Paraná. Enquanto os professores lutam para conservar conquistas históricas, os deputados e governo travam uma luta contraria as necessidades da coletividade, inclusive com forte repressão policial, provocando vitimas da violência e da insensatez de um governo que quer governar com mãos de ferro. Parece até que voltamos a viver a ditadura tal o grau de violência vivida.

O diálogo que deveria ser o foco de qualquer negociação não se efetiva quando se quer medir forças e impor a população ou a um grupo as necessidades dos governantes. Os males provocados pelo sistema hegemônico estão instalados em nossa sociedade e a burguesia busca através dos políticos oprimirem a população.

Após a revolução industrial, a heterogestão passa a ser o modelo organizador e predominante das relações sociais de produção capitalista, porém este também se torna a forma de gestão do governo, que a serviço da minoria rica, inclusive enquadrando a massa populacional a estar a serviço dessa minoria, vendendo sua mão obra e ficando alheio ao processo produtivo.

Joyeux ressalta que o princípio da autogestão diz respeito justamente à organização de uma sociabilidade distinta e oposta aquela, a saber:

> Autogestão é concretizada quando a gestão da indústria pelos trabalhadores deve ser total e tocar, em prioridade, as forças econômicas essenciais. Ela é o fruto da destruição completa das estruturas econômicas do regime capitalista e de seu elo de coordenação: o Estado (1972, p. 46).

Entende-se, portanto, que a autogestão se constitui por caminhos próprios, no qual os trabalhadores afirmam a vontade de decidirem sobre a organização e as relações sociais do trabalho, reforçando os laços de solidariedade no interior das unidades de produção. Com isto os trabalhadores rompem com a hierarquia imposta pelo sistema, primando por ações coletivas, igualitárias e democráticas, o que leva os trabalhadores e trabalhadoras a um processo que seja antagônico ao da heterogestão, a autogestão e a detenção dos processos produtivos na sua totalidade.

Faria (2011) entende que a aspiração profunda da autogestão, está no desenvolvimento de formas associativas em larga escala, ao estender as novas relações sociais coletivas e igualitárias nos espaços cada vez mais ampliados, passando a se tornar corrente em alguns países da América Latina, especialmente Argentina e Brasil. Isto se deve, fundamentalmente, aos processos de luta realizados desde os anos 80 contra os efeitos desagregadores e excludentes da crise econômica, ampliadas pela onda neoliberal dos anos 90.

Necessariamente ou precisamos no contexto social e do mundo do trabalho, para reverter e superar a alienação mercantil da educação bem como da própria força produtiva do trabalhador, não é suficiente vivermos de experimentações pontuais, dispersas e fragmentadas da autogestão nos empreendimentos econômicos solidários, mas sim de forma uníssona ao

contexto social, cultural e econômico dar um salto para outro tipo de sociabilidade e aqui não se está falando de socialismo como projeto vago ou longínquo, mas de respeito à vida e a tudo que nela se sustenta, logo, de permanente autocrítica, como meio e fim permanente de construção libertária dessa nova sociabilidade.

Eis o desafio que consideramos central para a autogestão e o movimento da economia solidária, no qual a Via SOT se insere como contribuir a buscar uma metodologia de organicidade socioprodutiva, como base ou condição para que os preceitos da autogestão societal possam encontrar condições propícias para florescer.

4 Metodologia de organicidade socioprodutiva

Compreender a autogestão como elemento prático e estruturante de uma sociabilidade emancipada implica buscar caminhos e condições que permitam avançar no seu conteúdo e abrangência.

O conteúdo da autogestão estaria relacionado diretamente a aspectos qualitativos, que abrangem elementos relativos à forma de participação, processo decisório, controle sobre meios e técnicas de produção, controle sobre recursos produtivos, dinâmicas de comunicação e transparência, espaços de produção e socialização de conhecimentos, ou, em uma só perspectiva, na recuperação, por parte dos trabalhadores em associação, do controle do seu próprio sociometabolismo.

Porém, o conteúdo da autogestão tem relação direta com a sua abrangência, em três variáveis: quantidade de trabalhadores associados ou fluxo de trabalhadores em associação progressiva, recuperação de recursos produtivos, inclusive relacionados à ciência e tecnologia, e ampliação do espaço territorial.

Notadamente, enquanto processo político de superação do *status quo*, isto é, de enfrentamento da situação social generalizada de alienação sobre os humanos, a variável determinante é aquela que diz respeito ao próprio sujeito histórico dessa construção, a saber, o fluxo de trabalhadores em associação, um sujeito coletivo igualmente em formação ontológica, a saber, tanto do ponto de vista político, como cultural, cognitivo (experiências e conhecimentos) e societário.

Dessa forma, é que se pondera que todos as demais dimensões de ampliação do conteúdo e da abrangência da autogestão, isto é, do seu enriquecimento substantivo, tem como elemento estruturante central a formação dos trabalhadores livremente associados. Por

conseguinte, o sujeito histórico da construção de uma nova sociabilidade não se apresenta a *priori* ou de imediato, mas sim é constituído *pari passu* a essa construção.

Por sua vez, a organicidade socioprodutiva é resultado de um projeto de integração múltiplo, mas alicerçado justamente na ampliação substantiva da autogestão, ganhando uma dimensão societal.

Tal perspectiva de integração abrange, simultaneamente, elementos subjetivos e objetivos, dentro de uma co-determinação dialética, uma vez que não basta recursos se não há um propósito emancipatório, como também não são suficiente trabalhadores associados e engajados sem condições mínimas de existência e reprodução material deles próprios, do mesmo modo que possuir recursos e pessoas, mas sem mediações que sustentem um movimento virtuoso de integração, socialização e racionalização/potencialização da riqueza social, as pessoas vindas e formadas na lógica do trabalho assalariado e subordinado fatalmente tenderão a reproduzir a mesma realidade da sua origem, no caso, relações de exploração/degradação dos trabalhadores e da natureza.

Atento a tais parâmetros, é que se esboçam algumas questões e referências para uma práxis/metodologia construtiva de um sistema orgânico do trabalho associado (SOT), condição de existência da própria autogestão numa dimensão de autocontrole e auto-organização socioprodutivo ou sociometabólico.

Em vista disso, para a construção da autogestão societal, três eixos metodológicos (logo, de práxis construtiva) se entrelaçam e se reforçam cada qual viabilizando uma mediação e o seu elemento institucional de existência, a saber:

i) Metodologia de Organicidade

Diz respeito à formação e sustentação de uma nova dinâmica de intercâmbio sistêmico e social, no qual se recupere a integralidade, logo o controle societal, sobre as dimensões da produção, distribuição, consumo e investimento.

Mediação econômico-produtiva: Renda Sistêmica, na forma de uma moeda social eletrônica, lastreada pela indexação entre o produto interno global e o conjunto interno de trabalhadores organicamente associados.

Elemento de sustentação jurídico-institucional: Associação Integral de Produção e Socialização.

ii) Metodologia de Recuperação de Forças Produtivas

Considerando a dinâmica permanente de construção e reconstrução de novas empresas, empreendimentos, edificações, ocupações profissionais, entre outros, resumidos em um só termo: como projetos de todos os tipos, busca-se direcionar alguns destes projetos os integrando e aglutinando dentro de uma única estrutura socioprodutiva, viabilizada pela Associação Integração de Produção e Socialização.

Com isso, um projeto como a reforçar a outro, gerando externalidades positivas e sistêmicas para todo o conjunto, expressa tanto em ganhos materiais como em ganhos em termos de eficiência ou economicidade. Cada nova inserção de um projeto socioprodutivo (de produção ou de serviços), amplia-se a autonomia do conjunto, e com isso, o empodera-se gradativamente os trabalhadores organicamente associados.

Para sustentar e organizar esse processo de inserção constante e convergência orgânica de trabalhadores e recursos propõe-se criar um mecanismo múltiplo de cota-entrada, com um valor de referência socialmente determinado, e tendo como parâmetro principal a capacidade reprodutiva interna de absorção de novos associados (ou reprodução marginal), mas desvinculado do patrimônio geral da associação (que é uma forma de propriedade orgânica, logo, a serviço da emancipação), com distintas formas de cotização, como condição de entrada na associação, bem como cota (ou indenização) de saída também.

- Cota de meios de produção próprios (coletivamente ou individualmente cada trabalhador traria os meios de produção ou recursos que já possui);
- Cota recursos advindos de projetos públicos, cuja contrapartida, ao se obter tais recursos, diz respeito justamente a permitir um numero determinado de novos associados, ou, na linguagem corrente, de geração de trabalho e renda conforme a quantidade de recursos disponibilizados;
- Cota solidária para os trabalhadores em situação de exclusão ou vulnerabilidade social, conforme a capacidade interna de produção/ampliação e adesão de novas associações ou obtenção de recursos;
- Cota estratégia para convidar trabalhadores em qualificações específicas e necessárias para o crescimento interno da associação integral.

Mediação: Intercâmbio inter-sistêmico de transição e inclusão de trabalhadores e recursos.

Elemento institucional: Cooperativa de Intercâmbio (Cooperativa Mista de Crédito, Compras e Vendas).

iii) Metodologia de Formação e Integração Sociocultural

Elemento de sustentação social, cultural e político de todo o processo construtivo de um sistema orgânico do trabalho. De fato é necessária tanto uma espécie de formação para ser um associado plano (ou seja, de compreensão de toda a proposta e estrutura em construção), como também autoformação contínua, no sentido de aquisição e/ou produção de novos conhecimentos, técnicas e metodologias, dentro de uma igualmente constante processo de crítica e autocrítica, abrangendo os seguintes componentes:

- Estágio de ambientação, buscando um cuidado especial de apresentação, inserção e explicação detalhada de toda a proposta para os novos associados.
- Formação continuada, no sentido de educação ampla, tanto para a formação básica de cada ser social, como para a formação técnica ou profissional orgânica perante as novas funções socioprodutivas desempenhadas pelos associados, além da produção de espaços de conhecimento, lazer, entretenimento, cultura, artes, comunicação, crítica, entre outros.
- Equidade de renda e de poder decisório, argumenta-se que uma condição para uma sociabilidade de fato autogestionária, é o envolvimento dinâmico de todos os seus membros. Porém, é necessário criar e sustentar condições concretas para isso, que transitam da própria educação, do conhecimento compartilhado e socializado, mas que se consolida na igualdade substantiva entre os associados, e o elemento chave para esta igualdade nas condições de vida reside em estruturar formas equitativas de renda. A partir disso, preservam-se as inúmeras opções livres e individuais de cada um, como as relativas a gostos, estilos de vida, tipos de ocupação socioprodutivas, especialidades, lazer, sexualidade, espiritualidade, e assim por diante...

  Com base neste contexto de alteridade, todos tem o direito e até o dever de participar, de forma dinâmica ou até diversa no tempo e no espaço, em distintas, mas articuladas instâncias deliberativas, organizadas na forma de um sistema de conselhos autogestionários.

Mediação: Educação e igualdade substantiva

Componentes institucionais: Universidade Libertária e o Sistema de Conselhos.

Vale ressaltar que tais eixos metodológicos, no presente momento, se apresentam como esboço inicial, uma vez que a Associação Via SOT está buscando, neste ano de 2015, articular um primeiro espaço/território para este implante.

5 Considerações finais: construtivismo e convergência

Pondera-se aqui neste trabalho que talvez não seja nem eficaz uma simples idealização abstrata de como deveria ser o mundo, e tampouco transformador se limitar a compreender a realidade como ela de fato é.

Se, para negar uma situação indesejável, é necessária a devida compreensão da realidade concreta, do mesmo modo como para se afirmar uma nova realidade desejável é preciso ao menos alguns preceitos, valores ou objetivos conscientemente constituídos, talvez a transição de um ponto para outro, ou melhor, de uma situação indesejável para uma nova sociabilidade almejada, seja viável por meio de uma práxis construtivista, aonde convergem compreensão crítica e projeto transformador, este idealizado justamente a partir tanto dessa compreensão crítica como dos preceitos e valores coletivamente formados.

Portanto busca-se, nos próprios elementos que vem bloqueando a autogestão e, *pari passu*, reproduzindo a alienação, diretrizes para um projeto efetivamente transformador. Como a alienação se materializa na forma de segregação sociometabólica, a sua antítese estaria num processo político amplo (ou não restrito ao campo estatal) de construção da organicidade socioprodutiva, fundamentada em mediações tanto de recuperação coletiva e solidária de forças produtivas, como também estruturantes de um novo intercâmbio societário.

É nesse horizonte utópico de transformação, tendo em vista igualmente as tentativas ou experimentos de autogestão, traduzidos na realidade atual da economia solidária, que se esboça uma metodologia que seja consistente o suficiente para promover um processo revolucionário de emancipação dos trabalhadores em associação socioprodutiva.

Tal processo pode ser materializado por uma práxis de ampliação do escopo e abrangência da autogestão que implica, simultaneamente, na reversão e superação da alienação do trabalho.

Forjar novas mediações sociais é o elemento decisivo dessa práxis revolucionária, pois permite a organicidade sociopolítica dos trabalhadores livremente associados, e estes, passando a condição de sujeitos históricos efetivos, podem viabilizar uma dinâmica

construtiva de organicidade socioprodutiva, numa perspectiva emancipatória, logo, de formação de uma autogestão de natureza societal.

Logo, convergência sociopolítica e construtivismo socioprodutivo são dois elos estruturantes e dependentes entre si, não de uma revolução como ruptura imediata, mas sim de um horizonte de transformação social como processo automediado e autodeterminado pelos seus próprios sujeitos em formação, uma vez que se modificam na medida em que modificam o seu entorno, e na medida em que recuperam, de forma coletiva e autogestionária, suas forças produtivas, adquirem também novos patamares de solidariedade substantiva e autonomia produtiva, social, econômica e política.

6 Referências

BENINI, E. A... (et al) (organizadores). **Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

BENINI, E. A. **Sistema Orgânico do Trabalho: arquitetura crítica e possibilidades**. São Paulo: Editora Ícone, 2012.

LUXEMBURGO, R. **O que quer a Liga Spartacus?** Disponível em <www.marxists.org>, acessado em 20 de abril de 2015. Original publicado em 1918.

KRUPSKAIA, Nadezhda. **A Escola-Comuna do NarKomPros**. Revista Histedbr 2009.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo 2005.

JOYEUX, Maurice. **Autogestão, Gestão Direta e Gestão Operária**. Brasília: Novos Tempos Editora, 1972.

FARIA, Sarda Mauricio. **Autogestão, Cooperativa, Economia Solidária: Avatares do Trabalho e do Capital**. Editora em Debate, 2011.

FREIRA, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 18. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

VERARDO, Luigi. **Economia Solidária e Autogestão** – ANTEAG. SP: 2003

AZEREDO, Raoni F. **Contabilidade e Economia Solidária – Uma contribuição à autogestão dos empreendimentos econômicos solidários**. João Pessoa, 2012.

RODRIGUES, Fabiana C., NOVAES, Henrique T., BATISTA, Eraldo L. **Movimentos Sociais, trabalho associado e educação para além do capital,** 1ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.